

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 26/2011

Disponibilização: 02 de Janeiro de 2012

Período abrangido: 19 a 30 de Dezembro de 2011

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **PROTECÇÃO CIVIL**
- 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **PESCAS**
 - **SEGURANÇA ALIMENTAR**
- 5. AMBIENTE**
- 6. CIDADANIA**
- 7. DESPORTO**
- 8. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**
- 9. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 10. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 11. EDUCAÇÃO**
- 12. ENERGIA**
- 13. FINANÇAS**
 - **ACTIVIDADE SEGURADORA**
 - **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
 - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
- 14. GOVERNO**

15. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

16. JUSTIÇA

17. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

18. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

19. SAÚDE

20. SEGURANÇA SOCIAL

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 160/2011, de 26 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Segundo orçamento suplementar da Assembleia da República para 2011

[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 164/2011, de 29 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Quarta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de Agosto (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos deputados)

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• PROTECÇÃO CIVIL

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 560/2011, de 20 de Dezembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 4.º, n.os 1 e 3, do artigo 6.º, do artigo 7.º, n.º 1 e do artigo 8.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de Outubro (assistência e patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções)

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[PORTARIA n.º 305/2011, de 20 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

Regulamenta o direito de assistência na doença para todos os funcionários diplomáticos colocados nos Serviços Externos, cônjuge e descendentes que com ele vivam em economia comum

[DESPACHO n.º 17049/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA)

Despacho - Reconhecimento de instituições do ensino superior para ministrarem cursos de alta direcção

[LEI n.º 64/2011, de 22 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Modifica os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à

Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **PESCAS**

[PORTARIA n.º 313/2011, de 28 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Determina a isenção para as embarcações de pesca nacionais, com comprimento de fora a fora igual ou superior a 12 metros e inferior a 15 metros, da obrigatoriedade de utilização de um sistema de localização de navios por satélite, bem como do registo e transmissão por meios electrónicos da actividade de pesca

[PORTARIA n.º 315/2011, de 29 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Proíbe a pesca de raias durante o mês de Maio e a pesca de tamboril durante os meses de Janeiro e Fevereiro, na subárea do continente da Zona Económica Exclusiva

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

[DECRETO-LEI N.º 120/2011, DE 28 DE DEZEMBRO](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2000, de 18 de Agosto, transpondo a Directiva n.º 2011/3/UE, da Comissão, de 17 de Janeiro, que altera a Directiva n.º 2008/128/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro, que estabelece os critérios de pureza específicos dos corantes que podem ser utilizados nos géneros alimentícios, e estabelecendo um regime sancionatório adequado aplicável às infracções ao disposto no referido decreto-lei

5. AMBIENTE

[PORTARIA n.º 318/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Aprova o Regulamento do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC)

6. CIDADANIA

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 61/2011, de 22 de Dezembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Institui o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre as Gerações (AEEASG) em Portugal no ano de 2012 e determina a execução a nível nacional das actividades que lhe estão associadas

7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[DESPACHO n.º 17059/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DO EMPREGO, DA SAÚDE E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL)

Fixação do montante das verbas destinadas ao funcionamento dos produtos de apoio às pessoas com deficiência e pessoas com incapacidade temporária

8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[RECOMENDAÇÃO n.º 6/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA)

Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática

9. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[PORTARIA n.º 307/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

Fixa o valor médio de construção, por metro quadrado para vigorar no ano de 2012

10. DESPORTO

[DESPACHO n.º 17220/2011, de 26 de Dezembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal relativamente às normas de solicitação de autorização para a utilização terapêutica de substâncias e métodos proibidos para 2012

11. EDUCAÇÃO

[ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO n.º 3/2011, de 21 de Dezembro](#)

(SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: no regime do concurso de acesso para lugares da categoria de professor titular, tal como se mostra vertido no Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, as faltas por doença dadas pelos docentes nos cinco anos atendíveis relevavam na consideração do factor «assiduidade»

[DESPACHO n.º 17169/2011, de 23 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA)

Revoga o documento Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais, divulgado em 2001

[RECOMENDAÇÃO n.º 6/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA)

Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática

12. ENERGIA

[DESPACHO n.º 16997-A/2011, de 19 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

REN - Segunda fase do processo de alienação de acções

[Portaria n.º 310/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO)

Revoga a Portaria n.º 1309/2010, de 23 de Dezembro, e a Portaria n.º 117/2011, de 25 de Março, referentes ao regime transitório aplicável, durante o ano de 2011, à prestação de serviço de interruptibilidade por consumidor de electricidade em muita alta tensão (MAT), alta tensão (AT) e média tensão (MT) ao operador da rede de transporte

[DIRECTIVA n.º 6/2011, de 22 de Dezembro](#)

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Alteração do Regulamento Tarifário do Sector Eléctrico

[DIRECTIVA n.º 7/2011, de 22 de Dezembro](#)

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços em 2012 e parâmetros de regulação para o período de regulação 2012-2014

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 63/2011, de 26 de Dezembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Selecciona a proposta vencedora para a aquisição de acções do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., objecto de venda directa de referência

[PORTARIA n.º 320-D/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA E DO EMPREGO)

Atualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), aplicáveis no continente aos petróleos e aos fuelóleos, bem como dos produtos petrolíferos e energéticos que normalmente têm função lubrificante, do gasóleo de aquecimento e de outros combustíveis industriais, nomeadamente o carvão e coque, o coque de petróleo e os gases de petróleo usados como combustível, e estabelece a taxa do ISP aplicável à electricidade

[PORTARIA n.º 320-E/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA ECONOMIA E DO EMPREGO E DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece os procedimentos de reconhecimento como pequenos produtores dedicados de biocombustível (PPD) e de aplicação de isenção de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e respectivo valor

13. FINANÇAS

[DESPACHO n.º 16997-A/2011, de 19 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

REN - Segunda fase do processo de alienação de acções

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 63/2011, de 26 de Dezembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Selecciona a proposta vencedora para a aquisição de acções do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., objecto de venda directa de referência

[AVISO n.º 24866-A/2011, de 28 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**

[PORTARIA n.º 317/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

Fixa a taxa a pagar pelas empresas de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões, a favor do Instituto de Seguros de Portugal, para o ano de 2012

- **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[DECRETO-LEI n.º 119/2011, de 26 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

Estabelece com carácter permanente o limite legal da garantia de 100 000 euros por parte do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, para o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito participantes no caso de se verificar a indisponibilidade dos depósitos

[AVISO DO BANCO DE PORTUGAL n.º 9/2011, de 30 de Dezembro](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Actualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos activos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à

supervisão do Banco de Portugal, decorrente da publicação da Directiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho. Em concreto, são abrangidos os Avisos do Banco de Portugal n.º 5/2007, relativo ao risco de crédito, n.º 7/2007, relativo às operações de titularização, n.º 8/2007, relativo à cobertura de riscos de mercado e n.º 10/2007, relativo aos requisitos de divulgação de informação

• **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[PORTARIA n.º 320-D/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA E DO EMPREGO)

Atualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), aplicáveis no continente aos petróleos e aos fuelóleos, bem como dos produtos petrolíferos e energéticos que normalmente têm função lubrificante, do gasóleo de aquecimento e de outros combustíveis industriais, nomeadamente o carvão e coque, o coque de petróleo e os gases de petróleo usados como combustível, e estabelece a taxa do ISP aplicável à eletricidade

[PORTARIA n.º 320-E/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA ECONOMIA E DO EMPREGO E DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece os procedimentos de reconhecimento como pequenos produtores dedicados de biocombustível (PPD) e de aplicação de isenção de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e respectivo valor

• **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[LEI n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015

[LEI n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Orçamento do Estado para 2012

[LEI n.º 64-C/2011, de 30 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015

14. GOVERNO

[LEI n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015

[LEI n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Orçamento do Estado para 2012

15. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

[PORTARIA n.º 320-F/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL)

Sexta alteração ao Regulamento do EUROMILHÕES, aprovado pela Portaria n.º 1267/2004, de 1 de Outubro

16. JUSTIÇA

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 560/2011, de 20 de Dezembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 4.º, n.os 1 e 3, do artigo 6.º, do artigo 7.º, n.º 1 e do artigo 8.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de Outubro (assistência e patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções)

[PORTARIA n.º 308/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Terceira alteração à Portaria n.º 331-B/2009, de 30 de Março, que regulamenta vários aspectos das acções executivas cíveis

[PORTARIA n.º 319/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Terceira alteração à Portaria n.º 10/2008, de 3 de Janeiro, que regulamenta a lei do acesso ao direito

17. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[PORTARIA n.º 305/2011, de 20 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

Regulamenta o direito de assistência na doença para todos os funcionários diplomáticos colocados nos Serviços Externos, cônjuge e descendentes que com ele vivam em economia comum

[ANÚNCIO n.º 19761/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

Lista por países dos postos suplementares de recenseamento eleitoral no estrangeiro

[PORTARIA n.º 320-C/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

Aprova a Tabela de Emolumentos Consulares, a cobrar pelos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

18. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA n.º 27/2011/A, de 21 de Dezembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Prorroga o prazo para apresentação do relatório final por parte da comissão eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

[RESOLUÇÃO n.º 25/2011, de 22 de Dezembro](#)

(TRIBUNAL DE CONTAS)

Programa de Fiscalização da Secção Regional dos Açores para 2012

[PARECER n.º 9/2011, de 30 de Dezembro](#)

(Tribunal de Contas Açores)

Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2010

• MADEIRA

[MOÇÃO DE CONFIANÇA n.º 1/2011/M, de 21 de Dezembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Aprova, sob a forma de moção de confiança, o programa do Governo Regional da Madeira para o quadriénio 2011-2015

[RESOLUÇÃO n.º 26/2011, de 22 de Dezembro](#)

(TRIBUNAL DE CONTAS)

Programa de Fiscalização da Secção Regional da Madeira para 2012

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 20/2011/M, de 26 de Dezembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Define as taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 21/2011/M, D.R. n.º 246, de 26 de Dezembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Procede à adaptação orgânica e funcional do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, à Região Autónoma da Madeira

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 22/2011/M, de 26 de Dezembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Procede a alterações no montante e condições de transferências de receitas para o Fundo de Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira

19. SAÚDE

[PORTARIA n.º 306-A/2011, de 20 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE)

Aprova os valores das taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, bem como as respectivas regras de apuramento e cobrança

[DESPACHO n.º 17067/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Aprova o esquema de vacinação universal recomendado do Programa Nacional de Vacinação 2012

[DESPACHO n.º 17069/2011, de 21 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Determina que os estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), devem instituir um processo de monitorização da prescrição interna de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT)

[DESPACHO n.º 17117/2011, de 22 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DO EMPREGO E DA SAÚDE)

Aprova os preços de referência unitários dos grupos homogêneos, para vigorar no trimestre civil que se inicia em 1 de Janeiro de 2012

[PORTARIA n.º 311-D/2011, de 27 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA SAÚDE E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL)

Estabelece os critérios de verificação da condição de insuficiência económica dos utentes para efeitos de isenção de taxas moderadoras e de outros encargos de que dependa o acesso às prestações de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

[DESPACHO N.º 17503-A/2011, de 29 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Prolonga, para além de 2011, a obrigatoriedade de que a aquisição dos medicamentos abrangidos pelo regime especial de comparticipação para tratamento de doentes com artrite reumatóide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas, pelos hospitais do SNS, se efectue por preços unitários 7,5 % inferiores aos praticados no ano de 2010

20. SEGURANÇA SOCIAL

[PORTARIA n.º 320-B/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL)

Estabelece, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2012, as normas de execução da atualização transitória para o ano de 2012 das pensões mínimas do regime geral de segurança social, do regime especial de segurança social das atividades agrícolas (RESSAA), do regime não contributivo e regimes a este equiparados, dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas e do complemento por dependência e das pensões mínimas de aposentação, reforma e invalidez atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, I. P.

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

[DESPACHO n.º 17569/2011, de 30 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO)

Regras de atribuição de subsídios no âmbito do Projecto Modernização da Frota da Marinha de Comércio Nacional